

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.520 - DF (2016/0035324-6)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : **MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA**
EMBARGADO : **INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL**
EMBARGADO : **DISTRITO FEDERAL**
PROCURADOR : **FABIANO LIMA PEREIRA E OUTRO(S) - DF034228**
INTERES. : **AMELIA BORGES MARWELL**
ADVOGADO : **MARCONI MEDEIROS MARQUES DE OLIVEIRA - DF023360**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de embargos de declaração interpostos por Marconi Medeiros Marques de Oliveira contra decisão que conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negou-lhe provimento (e-STJ, fls. 226-230).

Aduz o embargante que a decisão é omissa quanto à aplicação imperativa do CPC/2015, que determina a fixação de honorários recursais.

É o relatório.

Nos termos do Enunciado Administrativo n. 7/STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

O Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que é apenas devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18/3/2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou não provido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios, desde a origem, no feito em que interposto o recurso.

No ponto:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. COINCIDÊNCIA ENTRE O ENTENDIMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inadmissível a análise de matéria constitucional em recurso especial.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
3. No caso dos autos, para modificar as conclusões do acórdão recorrido a respeito da possibilidade de citação por edital em virtude do esgotamento de

todas as tentativas de localizar os réus, seria necessário o reexame de matéria de fato.

4. Inviável o recurso especial quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem coincide com a jurisprudência do STJ (Súmula n. 83/STJ).

5. É devida a majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando simultaneamente se apresentarem os seguintes requisitos: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil, b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem, no feito em que interposto o recurso.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.069.843/ES, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 24/11/2017)

No caso dos autos, observa-se que os requisitos supracitados não estão presentes, pois, conforme certidão de publicação de e-STJ, fl. 166, o acórdão recorrido foi publicado em 10/9/2015, ou seja, antes da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil.

Dessa forma, não são devidos honorários sucumbenciais recursais.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator